



SOUZA, Jessé. **O pobre de direita: a vingança dos bastardos** – o que explica a adesão dos ressentidos à extrema direita? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

## **Sobre o pobre de direita: um debate atual**

**Daniela Paiva**

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Belo Horizonte (UFMG).

daniela.paiva@uemg.br

**Wallace Faustino da Rocha Rodrigues**

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

wallace.rodrigues@uemg.br

Incômodos motivam boas investigações científicas. Essa lógica parece guiar os estudos de Jessé Souza, um dos pesquisadores mais prolíficos da atualidade. Há mais de duas décadas, ele se dedica a analisar a desigualdade brasileira, o seu verdadeiro incômodo, seguindo uma orientação de pesquisa fundada na premissa de classes sociais bastante estruturadas.

A cada publicação, um aspecto da desigualdade é problematizado, enfatizando, entre outras coisas, sua atenção quanto aos processos de naturalização advindos das assimetrias sociais, bem como as justificativas enredadas pelos atores diretamente envolvidos. Amiúde, retoma as perguntas: “Como legitimar a opressão?”, “Como legitimar a dominação injusta?”. Em seu entendimento, a atenção a este aspecto é fundamental para se compreender a reprodução de alguns dos principais problemas sociais do Brasil contemporâneo.

Em “A ralé brasileira: quem é e como vive” (2009), iniciou a pesquisa pela base da pirâmide social, a ralé, como o próprio título diz. Isto é, o foco se encontra na parcela mais pobre da população, aqueles desprezados pela elite, os excluídos aos quais são negados acesso à educação, à saúde ou diversos outros direitos básicos. Anos depois, volta-se para o topo da pirâmide com “A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato” (2017), em que é feita a ligação entre a escravidão e algumas das práticas atuais da elite brasileira. Aqui, o autor aponta para a

perpetuação de privilégios e a corrupção, acusando esta mesma elite como a responsável pela manutenção do país em seu ciclo de subdesenvolvimento. Em “A classe média no espelho” (2018), Jessé ressalta as aspirações, medos e contradições desse agrupamento social, apontando para a idealização do sucesso individual, bem como a sua adesão a valores conservadores que, por fim, acabam por reforçar a desigualdade. Faltava ainda uma última peça a ser analisada nesta pirâmide, aquela localizada entre a “classe média” e a “ralé”, denominada pelo autor de “os pobres remediados”. A tarefa é cumprida em 2024, com “O pobre de direita: a vingança dos bastardos”, foco desta resenha.

As duas classes sociais mais baixas representam aproximadamente 80% da população do país – ambos pobres, porém com diferenças significativas. A “ralé” é marcada pela vulnerabilidade extrema, pela exclusão e desprezo que a elite tem por ela. Em contrapartida, os “pobres remediados” são os “trabalhadores precários”, carentes, mas não miseráveis, a contarem com apoio familiar básico e que ganham entre dois e cinco salários mínimos (Souza, 2024, p. 80).

Juntos, “ralé” e “pobres remediados” sustentam as classes privilegiadas – elite e classe média – que pactuaram para se manterem nesta configuração. A elite, amparada pelo Estado, é herdeira e dona vitalícia do capital econômico. A classe média fica com o capital social, a lhe permitir obter empregos e bens diferenciados. Porém, em uma democracia, a maioria – numericamente falando – é quem define os representantes por meio do voto. Assim, conforme enfatiza o autor, para a manutenção da estrutura social de privilégios, essas classes dependem do apoio de parte dos oprimidos. “O pobre de direita” se propõe a explicar justamente como elite e classe média logram o apoio do “pobre remediado”. Em sua explicação merece destaque a importância dada à dimensão moral e, igualmente, simbólica, distanciando-se de uma tradição puramente material de análise.

A motivação para a ação política, em especial para o voto, mobiliza parte dos estudos da Ciência Política e, em menor medida, embora significativa, da Sociologia. Uma abordagem assaz empregada por esses campos é a teoria da escolha racional, pautada na pressuposição de que os atores políticos – eleitores, candidatos, partidos – avaliam as opções de ações e tomam decisões, com base em cálculos racionais, objetivando maximizar benefícios e minimizar custos. Estudos clássicos como “Uma teoria econômica da democracia”, de Anthony Downs (1999), ou “A lógica da ação coletiva”, de Mancur Olson (1999), são apenas alguns exemplos desta teoria que se manteve, e ainda se mantém, bastante vigorosa enquanto ferramenta de análise.

Frente ao exposto, se se tomasse meramente a explicação econômica, as escolhas eleitorais dos “pobres remediados”, que apoiam candidatos da extrema direita, como Jair Bolsonaro, pareceriam irracionais. Isso por que, basicamente, eles nada ganhariam com isso. Jessé Souza robustece o debate ao apresentar explicações sociológicas pautadas em outras dimensões. Por isso a relevância da instância moral, defendendo o argumento de que o motor das ações humanas é a necessidade de reconhecimento social – até mesmo o ganho material responde a essa necessidade e não é, portanto, um fim em si.

Jessé não inventa a roda, mas, contrariamente, faz apenas uma atualização do pensamento sociológico brasileiro, debruçando-se, talvez, sobre o tema que lhe é mais caro: o da desigualdade. Isso por que o debate sobre o reconhecimento e sua dimensão simbólica e moral já havia sido iniciado, por exemplo, por Axel Honneth (2003), e sua insistência em que a luta por reconhecimento impacta diretamente na formação da identidade e justiça social. Nancy Fraser (2020) também se destaca nesta seara, quando sinaliza para a necessidade de se discutir a redistribuição econômica juntamente com o reconhecimento cultural, tendo em vista a sua relevância para a justiça social em sociedades marcadas pela desigualdade e exclusão. Diversos outros nomes poderiam ser mencionados aqui. Diversos autores que possuem uma grande aceitação no campo intelectual brasileiro. Fraser e Honneth são apenas dois deles, ambos diretamente citados em “O pobre de direita”.

Jessé Souza sustenta que reconhecimento e desigualdade estão intrinsecamente ligados – uma das questões centrais é a maneira como a busca pelo reconhecimento ocorre. Segundo o autor, em sociedades desiguais, parte das classes sociais o obtêm atuando “uns contra os outros” e não “com os outros”. Neste caso, ele se mantém coerente às suas produções anteriores, quando sinaliza para o campo da disputa de classe segundo a lógica da distinção, manipulando a premissa de capitais simbólicos detidos por um e outro agrupamento.

Reconhecimento social implica existência de distinção social, sustentando um mecanismo quase especular. No Brasil, posicionar-se “contra os outros”, demanda o entendimento de duas categorias que Jessé emprega como fundamental para a promoção desta distinção: “humilhação” e “ressentimento”.

À humilhação tem-se a premissa da existência de um como superior a outro, estabelecendo um modelo ideal como parâmetro – no caso, a elite. Em se tratando de Brasil, parte desta hierarquia se sustentava no racismo explícito que, com “ajuda” de intelectuais da classe média, apoiados pela elite, tornou-se um racismo velado, “cultural”.

No Brasil, marginalizados e humilhados passam a ser o contraponto negativo a partir do qual todas as outras classes sociais poderão resgatar algo de positivo para si, inclusive a classe trabalhadora precária logo acima dessa classe de ‘desarmados’. Esta é a base para se compreender toda a vida social brasileira: a criminalização do pobre e do preto permite o enobrecimento moral relativo de todas as classes sociais acima da “ralé” de perseguidos e abandonados [...]. Sobretudo para quem tem pouco, como a classe trabalhadora precária: neste caso, a suposta superioridade moral sobre os marginalizados é decisiva (Souza, 2024, p.76).

Nenhuma classe social almeja a base da pirâmide. Parte da classe média que não consegue manter seus privilégios se “ressente” ao se aproximar do “pobre remediado”, qual seja, aquele que, por exemplo, acedeu à universidade pública nos últimos anos – universidade essa que era uma espécie de reduto da classe média. Este pobre remediado, sem capital econômico ou cultural, deseja a identificação com os opressores e o fazem por meio do argumento moral, que é o que resta – um raciocínio iniciado há quase 100 anos, com Freud (2011). Novamente, a lógica é a de distinção em relação ao que se aproxima dele, uma ameaça. E eis a importância de o racismo deixar de ser um racismo racial passando para um racismo cultural.

Em “O pobre de direita”, o debate começa no campo do social. A sua inclinação para o político ocorre a partir de contendas em torno da corrupção – algo já iniciado em obras anteriores, como “A elite do atraso” (2017), mencionado acima. Seguindo o relacional, o especular, e valendo-se igualmente da moral, como adjetivo, o debate político é reduzido à corrupção: “quem rouba” e “quem não rouba”. E, tendo em vista a reflexão a partir do racismo cultural, herança do racismo racial, estabelece-se uma “corrupção seletiva”, cuja identificação se dá com o negro, o pobre, a ralé, ou aquele representante que defende políticas de inclusão social, capazes de colocar em xeque a estrutura de classes no Brasil, tal como sempre se encontrou configurada.

A tônica de Jessé é muito precisa, mantendo coerência com obras anteriores, saldando uma dívida de uma grande parcela de importantes intelectuais com o marxismo e a análise de Pierre Bourdieu. Isso é visto, sobretudo, com a permanente mobilização da relação entre os agrupamentos sociais, sempre em disputa, bem como a sinalização de uma lógica a guiar a modernização do Brasil, responsável em grande medida por amparar a estrutura desigual, qual seja, o racismo – transmutado em uma análise simbólica, de capital simbólico, tão ou até mais agressivo quanto o capital econômico.

São três os agrupamentos sociais de ressentidos captados por Jessé. O primeiro, com um espaço menor no livro, porém, não menos importante, a classe média, a diferenciar o

seu “eu” do “outro” a partir do “falso moralismo da corrupção seletiva”. Outros dois, populares, ganham, cada qual, um capítulo. O “branco pobre do Sul e de São Paulo” vai naturalizar o discurso de ódio pautado na supremacia do branco de origem europeia sobre “o resto do país mestiço” (Souza, 2024, p. 133). O “negro evangélico” se encontra amparado em um moralismo religioso que acusa as minorias de “pedir privilégios inadmissíveis” (Souza, 2024, p. 151). Isto é, as minorias pediriam apenas privilégios. Neste caso, pesa a meritocracia com a lógica do “basta trabalhar para conquistar”. Entre os pardos aqui presentes, há, inclusive, a não identificação com os negros – o sujeito vendo a si mesmo como branco.

O destaque para os evangélicos se dá pelo enfoque da relevância da moralidade, bem como da capacidade de uma instituição como a da igreja evangélica conferir mecanismos de reconhecimento social, cumprindo aquilo que foi mencionado. Novamente, pode-se observar a relevância do dado cultural, simbólico, para a compreensão da desigualdade brasileira, indicando, a partir do livro de Jessé, que ele possui um peso muito maior do que o dado puramente econômico. Somente assim é que se conseguiria explicar a formação daquilo que dá nome ao livro, o pobre de direita.

Jessé Souza entrega uma obra de caráter mais ensaístico. Existe, sim, o peso acadêmico, derivado de uma pesquisa. Todavia, o autor tem a preocupação de se fazer lido por um público mais amplo, talvez aquele mesmo pobre que até bem pouco tempo não podia entrar na universidade pública, que não teve acesso ao capital simbólico que contribuía para a manutenção da distinção das classes que a frequentavam. Talvez isso explique a permanência de adjetivos em seu livro ao mesmo tempo em que entrega um texto mais limpo, desprovido de infinitas citações, permitindo uma fluidez de leitura bastante interessante. Ademais, chega às prateleiras das livrarias um livro com profundidade teórica e um debate bastante atual e necessário.

## Referências

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999. (Título original: *An Economic Theory of Democracy*, 1957).

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. (Título original: *The Old is Dying and the New Cannot Be Born*, 2019).

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Título original: *Massenpsychologie und Ich-Analyse*, 1921).

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003. (Título original: *Kampf um Anerkennung*, 1992).

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva.** São Paulo: Edusp, 1999. (Título original: *The Logic of Collective Action*, 1965).

SOUZA, Jessé. **O pobre de direita: a vingança dos bastardos** – o que explica a adesão dos ressentidos à extrema direita? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Recebido em: 21 março 2025

Submetido em: 02 abril 2025